

4o Colóquio Marx e Engels – Cemarx/Unicamp 2005

Proposta de Comunicação para o GT 03:
Economia e sociedade no capitalismo contemporâneo

Título:

“Relendo o Americanismo e Fordismo em Gramsci”

Autor:

Geraldo Augusto Pinto

(pós-graduando – doutorado em Sociologia)

1 Tema e objetivos da comunicação

Antonio Gramsci dedicou parte de seus estudos sobre a influência do fenômeno do fordismo sobre o desenvolvimento cultural da sociedade norte-americana, especialmente no que tange às transformações operadas na cultura política do operariado fabril.

Com o clássico texto *Americanismo e fordismo*, escrito em 1934, Gramsci, buscando compreender a profundidade da estratégia ideológica emergente nos EUA – na época, já uma grande potência capitalista mundial –, procurava ao mesmo tempo esclarecer as lideranças da URSS sobre o perigo de se aplicarem elementos do sistema taylorista/fordista como forma de disciplinar as atividades de trabalho¹.

Gramsci enxergava no taylorismo/fordismo muito mais do que um conjunto de métodos para organizar racionalmente determinadas atividades laborativas. Ou seja, não se tratava de um simples desenvolvimento tecnológico, mas uma combinação de princípios que coagia, persuadia e cooptava os trabalhadores para além de suas ações no ambiente de trabalho, conformando um *modus vivendi* útil à sua exploração pelas classes dominantes.

Neste esforço, Gramsci logrou significativa clareza acerca da magnitude da influência da estrutura social, do modo de produção e do estágio da luta de classes, sobre o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente no que tange à organização do trabalho, demonstrando, por outro lado, a reciprocidade existente entre todas estas esferas.

Nosso objetivo nesta comunicação será o de retomar alguns pontos da leitura gramsciana do taylorismo/fordismo, observando a abrangência e a profundidade de seus argumentos, para, ao final, demonstrarmos a atualidade do seu olhar crítico no assunto e sua relevância na compreensão dos sistemas de organização “flexível” que, embora derivados da produção de massa fordista, são contrários às suas características disciplinares.

¹ Ângela Tude de Souza, *Americanismo e fordismo em Gramsci*. Coleção Textos Didáticos, no. 05. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, fevereiro/1992.

2 Gramsci e o taylorismo/fordismo

Nas primeiras décadas do século XX, a industrialização atravessava problemas sociais em todos os países. No âmbito da concorrência capitalista, cada vez mais internacionalizada, o aumento da produtividade nas empresas esbarrava nas reivindicações por condições mais humanas de trabalho e de vida. Paralelamente, iniciava-se a experiência socialista na URSS, também amparada na industrialização.

O taylorismo já estava em plena difusão e, não fosse ele, certamente não haveria o desenvolvimento do fordismo, que absorveu seus princípios e, potencializando-os mediante extrema divisão de tarefas, padronização dos produtos, verticalização e mecanização de processos, possibilitou o surgimento do que atualmente denominamos “indústria de massa”.

No entanto, esta indústria é algo mais do que um processo de fabricação: é um consumo orientado de mercadorias e, neste sentido mais amplo, envolve um “planejamento social”. Tomando as palavras de Gramsci:

Efetivamente, Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana; desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.²

Este processo de desqualificação, “adestrada” pela via do automatismo, trouxe outra possibilidade: junto à fixação ao cronômetro, isto é, a nova forma de consumo da força de trabalho pela indústria, o taylorismo/fordismo apresentou-se como solução à economia política capitalista na medida em que permitiu novas condições de vida e reprodução da classe trabalhadora, integrando-a nos limites da cidadania restrita à acumulação capitalista.

Nesta perspectiva, uma burocracia intermediária entre operariado e gerência foi essencial para persuadir os trabalhadores a abrirem mão de qualificações. Assim foi que,

[...] à luz das tendências de socialização-indivíduoação, e de homogeneização-diferenciação, internas ao trabalhador coletivo, a “produção fordista” lançou mão de uma série de pressões ideológicas que permitiam manter coeso o novo homem-coletivo: a realização de concursos do operário-padrão, e a emulação ao trabalhador Ford como o responsável pela construção de uma nova sociedade [...].³

Como um movimento num dos principais pólos, os EUA, buscando reverter contradições como a tendência de decréscimo da taxa de lucro, o fordismo implicou numa reestruturação das relações sociais de produção e de consumo do próprio capitalismo.

² Antonio Gramsci, “Americanismo e fordismo”. In: Antonio Gramsci, Maquiavel, a política e o Estado moderno. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996. Pág. 397.

³ Souza, op. cit., p. 22.

Por um lado, fortaleceu o poder das classes proprietárias sobre os coletivos organizados de trabalhadores qualificados, pois, possibilitando empregar operários facilmente substituíveis, solapou o antigo sindicalismo profissional americano, cuja base de operários qualificados (artesãos) passou a ser acusada de patentear o conhecimento de ofícios em proveito próprio – a disputa sobre a dita “liberdade industrial”⁴. Por outro, engendrou um novo “projeto de sociabilidade”, ao conformar um coletivo de homens e mulheres dispostos não só a trabalhar naquelas condições mas a viver, fora da fábrica, o papel de consumidores da produção em massa. Ou seja,

O nexos estabelecido entre produção e consumo, sob o manto da indústria fordista, vinculava ao mesmo tempo, a produção em massa à extração de mais-valia relativa, bem como o consumo operário de bens duráveis ao capital financeiro. Era, e ainda é, o caso do acesso à moradia, dos prêmios à assiduidade – muitas vezes através do fornecimento de transporte – do acesso à educação, à saúde, mas também aos eletrodomésticos, veículos motorizados e outros bens de consumo individualizáveis. Estavam dadas, portanto, e de uma só vez, as condições de realização do modo capitalista de reprodução da força de trabalho.⁵

O contexto, com certeza, era de risco, pois tudo transcorria paralelamente à experiência socialista na URSS, sendo que a crise de 1929 e a recessão seguinte viriam por em dúvida a eficiência deste sistema enquanto forma de produção e de sociabilidade – mesmo porque, como contra-tendência mantenedora, emergiram o fascismo, o nazismo e outras formas ditatoriais, atingindo regras básicas de cidadania, legalidade e legitimidade.⁶

Passado o auge nazi-fascista e terminada a II Grande Guerra, aquele risco aumentou, pois ao lado dos EUA – potência capitalista vencedora das “forças conservadoras em nome da liberdade” – a URSS aparecia como a primeira grande potência socialista. Foi preciso abrir mão da exploração ordinária do trabalho fabril, dividir uma parte dos lucros em benefícios sociais, afrouxar laços industriais repressivos, construir um ideário de participação política às classes trabalhadoras, emergindo a experiência do keynesianismo junto ao *Welfare State*. Nas economias periféricas, aliás, o Estado, seguindo estes preceitos, ao tempo que tentava completar a integração setorial da indústria, matizou-se numa “autocracia paternalista”, instituindo direitos mínimos e estruturas basais à classe trabalhadora, como os sindicatos corporativos, na busca de integra-la ao capitalismo.

Mas, precisamente porque a produção seriada intensificou o trabalho humano, desprezou o saber acumulado e a necessidade de aprendizado, limitando a identificação do trabalhador com o resultado de sua produção, essa “engrenagem social” tendia a enferrujar-se. Henry Ford preocupava-se, em vista disso, com a vida íntima de seus funcionários, pois percebia que a disciplina fabril não se sustentava apenas com aumentos salariais, ligada que estava a valores e hábitos de vida. Instituiu, então, na Ford Motor Company, apoiado no senso comum puritano, um departamento reservado a examinar periodicamente os hábitos de vida dos trabalhadores, contando com um corpo de assistentes sociais que regularmente os

⁴ Gramsci, op. cit., p. 382.

⁵ Souza, op. cit., p. 27.

⁶ Edmundo Fernandes Dias, A Liberdade (im)possível na ordem do capital – reestruturação produtiva e passivização. Coleção Textos Didáticos, no. 29. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, setembro/ 1999.

inculcavam valores como a fidelidade conjugal e a estabilidade familiar e emocional, a repulsa ao álcool e à vida boêmia, o apego à religião e ao trabalho, entre outras coisas.

Para Gramsci, essa foi uma das atitudes mais formalizadas e explícitas do fordismo visando a criação não apenas de um novo operário modelo, mas de um novo ser social, de uma nova sociedade, totalmente estruturada a partir das esferas da produção industrial capitalista. Nas suas palavras,

Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo”, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o “alcance objetivo” do fenômeno americano, que é “também” o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem.”⁷

Aqui estamos frente ao problema fundamental de construção de uma nova superestrutura, um novo complexo de valores, hábitos, normas de conduta e relações sociais motivados no campo das formas culturais e através de suas linguagens, como a religião, a ética, a política, enfim, uma nova forma de ser, pensar, entender e agir – dentro, porém, da sociabilidade prevista pelo “americanismo”. Segundo Gramsci:

As iniciativas “puritanas” só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais.⁸

Para isto, conformou-se um conjunto de instituições privadas e públicas voltadas às necessidades de manutenção, educação, assistência e coerção sobre os assalariados, que, a par da urbanização e da industrialização, tornou efetiva uma nova forma de reprodução – no sentido marxiano do termo – da força de trabalho, onde, “[...] no lugar [...] da consangüinidade e da solidariedade entre membros do mesmo ofício, a empresa se erigia como o espaço de concreção da ‘grande família industrial’.”⁹

3 O olhar crítico de Gramsci e a realidade atual

Sobre o trabalho parcelar da linha de série fordista, Gramsci, refletindo sobre a crescente mecanização dos gestos dos trabalhadores em suas funções, e tomando para isso uma comparação entre os monges copistas medievais e os tipógrafos de sua época, revelou um dos grandes segredos da produtividade alcançada pela organização do trabalho vigente em muitas empresas da atualidade, resultante dos métodos de organização “flexível” do trabalho.

⁷ Gramsci, op. cit., p. 397.

⁸ Idem, ibidem, p. 398.

⁹ Souza, op. cit., p. 32.

Atentemo-nos para suas palavras, nestes trechos significativos:

O tipógrafo deve ser muito rápido, deve ter as mãos e os olhos em contínuo movimento, o que torna mais fácil a sua mecanização. Mas, pensando bem, o esforço que estes trabalhadores fazem para isolar do conteúdo intelectual do texto, algumas vezes apaixonante (quando então se trabalha menos e pior), a sua simbolização gráfica e para aplicar-se só a ela, é talvez o maior esforço que se requer de uma profissão. Todavia ele é feito e não mata espiritualmente o homem. Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se então que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de liberdade completa. Só o gesto físico mecanizou-se inteiramente; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos em ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações. [...] Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética inerente aos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila domesticado” é apenas uma frase, que o operário continua “infelizmente” homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas.¹⁰

Esta observação foi muito pertinente à época, tanto que ainda na década de 50, a par do *Welfare State*, surgiram as primeiras propostas de reformulação da organização fordista do trabalho, visando tirar os índices de produtividade da estagnação que se encontravam e promover melhorias nos ambientes das empresas, que oscilavam entre o tédio e a paranóia. Surgem daí os estudos de Elton Mayo, com a escola sócio-técnica, e posteriormente as aplicações da Psicologia, com Maslow, Argyris e outros.

Nenhuma destas “escolas”, entretanto, logrou tamanho êxito como o sistema Toyota de produção, que desde 1960 desenvolvia-se em território japonês visando superar fragilidades do taylorismo/fordismo em sua adaptação à economia daquele país no pós-1945. Movido desses objetivos, Ohno, seu inventor, ao invés de desagregar diversas tarefas em simples gestos e distribuí-los entre operários desqualificados, reagregou-as em conjuntos de atividades que encerram etapas completas do processo de trabalho total, requerendo, para isso, um conhecimento mais amplo dos trabalhadores que os assumem.

A princípio, apesar de elevar a qualificação e aumentar o raio de ação dos trabalhadores sobre o processo como um todo, este novo modelo sem dúvida intensificou o ritmo e o volume de trabalho, sem contrapartida na valorização dos salários ou na estabilidade do emprego, mesmo porque um dos resultados de sua aplicação é o desaparecimento de postos como supervisão, controle de qualidade e mesmo limpeza, assumidos pelos que “ficam”.

Após as crises da década de 70, junto à instabilidade macroeconômica e ao surgimento das primeiras experiências do neoliberalismo, esta modalidade de produção difundiu-se a diversos setores econômicos e regiões, conformando o regime de acumulação “flexível”¹¹, assim chamado devido à crescente desregulamentação das fronteiras comerciais entre

¹⁰ Gramsci, op. cit., p. 404.

¹¹ David Harvey, A condição pós-moderna. Rio de Janeiro, Loyola, 1992.

países, as rápidas variações na demanda dos mercados de consumo e à globalização da concorrência capitalista, do que advieram jornadas de trabalho instáveis, contratos precários, grande desemprego estrutural e, conseqüentemente, uma significativa fragmentação da classe trabalhadora, de seus sindicatos e mobilizações, como as greves.

A organização flexível, ao introduzir o conceito de “trabalhador polivalente”, intensificou o controle patronal em tempo integral, graças à desverticalização da hierarquia de cargos, com a criação as ilhas de produção (ou células) e à introdução do “trabalho em equipe”, que permitiu que atar o treinamento, a adequação, a dedicação e produtividade ao controle dos próprios colegas de trabalho.

Nas palavras de Edmundo Dias,

[...] quer-se produzir um [...] trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital, mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. [...] Faz-se com que um trabalhador vigie o outro [...]. Diminui-se o número de capatazes explícitos, cria-se um crescente quadro de ‘servos voluntários’.”¹²

A questão apontada por Gramsci reaparece fortemente aqui: a polivalência e o trabalho em equipe permitem a “coerção horizontal”, assumida pelos próprios trabalhadores, ao tempo que possibilita a supressão da “liberdade de pensamento” durante a jornada de trabalho, pois as necessidades de adaptação urgentes às mudanças freqüentes de tarefas, a própria intensidade, o volume e a complexidade do trabalho, obstruem a reflexão e impedem contatos prolongados entre os trabalhadores, além de estarem entre as primeiras causas dos acidentes e lesões irreversíveis.

Por outro lado, os conceitos de “iniciativa”, “criatividade” e “responsabilidade”, atualmente apregoados pelos sistemas de organização flexíveis, são empregados nas formas mais ilógicas possíveis pela sociedade contemporânea. As gerências de recursos humanos, na busca incessante de “humanizar” o trabalho em meio às incertezas e à intensidade da exploração no contexto da concorrência globalizada, invocam a si mesmas e aos subordinados a “colaborar” com as empresas, a aceitar “novos desafios”, a trabalhar “como times” e a “atualizarem-se” constantemente.

No entanto, retomando o olhar crítico de Gramsci sobre a necessidade de persuasão dos trabalhadores pelos aparelhos ideológicos do fordismo, tais invocações correspondem à necessidade de abafamento da revolta frente aos crescentes enxugamentos, às humilhantes demissões voluntárias, às incessantes terceirizações e ao risco permanente de períodos longos de desemprego.

Invoca-se, na realidade, o consentimento face à flexibilização das jornadas, ao aumento da intensidade, complexidade e número de funções sobre cada posto, à necessidade de autocontrole e de coerção sobre os próprios colegas em situações de pressão insuportáveis, além de indefiníveis alterações nos planos de carreira e habilidades requeridas, num mundo cuja “reciclagem” do conhecimento não permite aos trabalhadores operacionais, e nem

¹² Dias, op. cit., p. 128.

mesmo aos administrativos, construírem para si mesmos histórias de vida coerentes, desencadeando-lhes todo tipo de patologias físicas, psicológicas e morais.

4 Conclusão

Esta breve análise demonstra, a nosso ver, a atualidade do olhar crítico de Gramsci, na medida em que demonstrado como a divisão não apenas social, mas também técnica, do trabalho, é parte fundamental do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, constituindo, neste sentido, a base sobre a qual avança a automação. Este fato, por um lado, refuta as ainda insistentes suposições da neutralidade da tecnologia e suas “necessárias” conseqüências sociais, evidenciando a incessante batalha, entre trabalhadores e capitalistas, pelo controle do conhecimento sobre o trabalho. Por outro lado, deixa claro como o desenvolvimento tecnológico pelo capital, ao invés de qualificar, degrada as condições do ser social que vive do seu trabalho, submetendo-o aos ditames da acumulação de capital.